

O encobrimento e a história do Brasil e seus heróis: o despertar da infância nos discursos decoloniais

The concealment and the history of Brazil and its heroes: the awakening of childhood in decolonial discourses

Débora Ferreira Bossa

Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Debora.bossa@uemg.br
<https://orcid.org/0000-0001-9296-3581>
<http://lattes.cnpq.br/3564105753929142>

Carlos Henrique de Oliveira Nunes

Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
henriqueolivera.psi@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0001-6842-1923>
<http://lattes.cnpq.br/8409166912578631>

Ismael Leonardi Salaberry

Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
ismaelsalaberry@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8685-6931>
<http://lattes.cnpq.br/0990861306864352>

Resumo: O estudo teve como objetivo promover reflexão a respeito das construções discursivas sobre o encobrimento da história do Brasil, em perspectiva decolonial. Para isso, fez uso de análise da obra *A história do Brasil ensinada pela Biographia de seus heroes* (1890), de Sílvio Romero (1851-1914) tendo como operadores teóricos o racismo e a denegação. A obra foi utilizada como recurso didático de escolas públicas no início do século XX e possibilitou a difusão das teorias raciais, potencializando o fortalecimento dos discursos hegemônicos. O estudo buscou discutir os traços que marcam a infância colonizada e seus destinos e considerou que a perspectiva de heroísmo produziu marcas raciais na formação de pensamento social fundamentado na denegação do racismo no Brasil.

Palavras-chave: infância decolonial; denegação; racismo; pensamento social; psicanálise

Abstract: The study aimed to promote discussion regarding the discursive constructions surrounding the concealment of Brazil's history from a decolonial perspective. To this end, it analyzed the work *The History of Brazil Taught Through the Biography of Its Heroes* (1890) by Sílvio Romero (1851-1914), using racism and denial as theoretical frameworks. Romero's work was used as an educational resource in public schools at the beginning of the 20th century, enabling the dissemination of racial theories and strengthening hegemonic discourses. The study sought to discuss the traits that define colonized childhood and its trajectories, considering that the perspective of heroism produced racial imprints in the formation of social thought based on the denial of racism in Brazil.

Keywords: decolonial childhood; denial; racism; social thought; psychoanalysis

Introdução¹

O ato de transmitir histórias compõe um dos rituais presentes nos grupos humanos e contribuiu, significativamente, para a transmissão das tradições e costumes de uma sociedade, configurando as heranças culturais (NASCIMENTO, 2021). Reconhecendo esta importância, para abordar a infância, em perspectiva da construção do pensamento social, este estudo se propõe a analisar a obra de Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1914), *A história do Brasil ensinada pela biographia de seus heroes* (1890), a fim de realizar uma discussão em perspectiva decolonial a respeito dos discursos de encobrimento da história do Brasil.

A obra de Sílvio Romero serviu de material didático a discentes dos anos iniciais da alfabetização no início do século XX e tinha por finalidade transmitir a história do Brasil a partir da biografia de heróis nacionais. Contudo, os heróis que Romero (1890) escolheu retratar foram os colonizadores. Nesse sentido, a obra se configura como mais um elemento colonizador, ou seja, uma narrativa de desbravamento e heroísmo depositada no discurso de progresso e que sustenta a dicotomia entre natureza e cultura.

Bettelheim (1979) considerou que os contos e as narrativas são permeados por elementos capazes de dialogar com a imaginação, harmonizar ansiedades e aspirações, bem como reconhecer e sugerir as soluções para problemas que perturbam os personagens. Conforme Bettelheim (1979), os contos de fadas são um auxílio para que a criança possa lidar com o mundo desordenado, além de sugerir pistas para entender sua complexidade. A narrativa de Sílvio Romero (1890), como um conto colonial, recobre a história do Brasil, bem como distorce sua imagem, apresentando-o como um país tropical transformado pela força e paixão à ideologia do processo civilizatório.

¹ A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa Interfaces, que compõe o Núcleo de Pesquisa Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo - PSILACS/UFMG.

A obra de Romero data do final do século XIX, período de intensa movimentação política e social para a construção de um Projeto Nacional que visasse a modernização, a industrialização e o progresso do Brasil. As teorias raciais, juntamente com a medicina higienista e as concepções eugenistas, confluíram como elementos fundamentais desse projeto. A passagem do século XIX para o XX foi marcada pela abolição da escravidão e a implantação da República, fato que implicou o país em um movimento de reformulação das ideias e concepções a respeito do Brasil e de seu povo (TORQUATO, 2015).

A intelectualidade nacional depositava as causas do regime republicano nas condições naturais do país. Assim, as tensões sociais e problemas econômicos não foram considerados a partir das questões históricas ou políticas, mas fundamentadas na formação étnica da população e pelo clima tropical, de forma que, uma vez que nada poderia ser feito em relação ao clima tropical, o problema racial poderia ser pensado como algo a ser superado. Nesse contexto, a ciência médica do país buscava a regulação e organização do funcionamento social pela perspectiva sanitária. O corpo do doente e o corpo social foram supervisionados em nome da saúde da população com o intuito primordial de garantir a segurança e a prosperidade da nação (TORQUATO, 2015).

As comunidades médica e científica, nesse sentido, empenharam-se na construção de um projeto civilizatório-educativo na primeira república. Buscou-se educar a população a partir de uma concepção mais ampla de pedagogia moral e cívica, que se apoiava na proposta de educar o povo indisciplinado, inculto e de maus hábitos. Para a medicina higienista, influenciada pela teoria da degenerescência, a miscigenação do povo foi tomada como entrave crucial para a realização do Projeto Nacional. Naquele momento, a psiquiatria tomou lugar do saber para auxiliar esse projeto educativo e civilizatório do povo brasileiro, servindo como recurso de tratamento para a classe débil e impotente, fruto da miscigenação, e do povo marcado por sua heterogeneidade que precisaria ser “reformado” para se modernizar (TORQUATO, 2015).

A construção da infância no Brasil também é atravessada pelos elementos políticos da colonização e da proposta do progresso nacional. Os “menores”, no Período Colonial, eram posse disputada entre colonizadores e jesuítas. As crianças negras eram vendidas e transferidas como propriedades ou objetos pessoais. A educação das crianças, no período pós-abolicionista, configurou-se como um dos instrumentos de civilização, sendo um projeto estruturado a partir das organizações comunitárias, das relações de poder entre adultos e crianças e do

reconhecimento e segmentação das infâncias brasileiras. Esses elementos estruturaram os modos de tratamento da infância e regularam a construção de leis e políticas públicas destinadas à infância (AZEVEDO; SARAT, 2015).

A educação da infância, no Brasil, assentou-se no processo de monopolização da educação formalizada e institucionalizada pelo Estado. Como nova responsabilidade estatal, a educação formal se constituiu por um longo processo de mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais ao longo dos séculos XIX e XX, de modo a acompanhar o projeto civilizador e divulgar os ideais de civilidade. Nesse sentido, as inovações pedagógicas e as práticas escolares formaram o símbolo da modernidade, de modo que a organização da educação transmitia os valores e as perspectivas do projeto civilizatório, propondo homogeneização do ensino a todas as camadas sociais.

Contudo, a educação não pretendia ser universal, mas destinada à classe social mais abastada (AZEVEDO; SARAT, 2015). Essa segmentação da infância se estruturou ainda de modo legal. O Código de Menores, por exemplo, elaborado em 1926 e reeditado em 1979 adotou a Doutrina Jurídica do Menor em Situação Irregular, evidenciando duas categorias de infância: (1) crianças e adolescentes em situação normal e sob os cuidados da família; e, (2) população de rua ou em situação de vulnerabilidade, incluindo as crianças e adolescentes órfãos, carentes e infratores (FARIA; CASTRO, 2011).

É neste cenário de construção de identidade nacional, que a obra de Sílvio Romero (1890) foi desenvolvida e se incluiu como um recurso didático. Surge daí uma questão importante a se considerar: os modos de narrativas sobre e para a infância colonizada.

Identificamos na obra de Sílvio Romero (1890), *A história do Brasil ensinada pela biographia de seus heroes*, uma relação entre a construção do pensamento social brasileiro, o direito à memória e o compromisso com a realidade factual, elementos pelos quais pretendemos analisar como a história do Brasil foi construída para a infância colonizada e quais os destinos desse endereçamento. Considerar os traços inscritos sobre a história da infância do Brasil a partir dos mitos dos heróis colonizadores torna possível contribuir para as discussões sobre as infâncias brasileiras, seus destinos, modos de tratamento, acessos e garantia de direitos, bem como pensar na construção de uma clínica psicanalítica decolonial que inclua a infância e sua dimensão clínico-política.

Que história se conta? Silvio Romero e os Heróis do Brasil

O sergipano Sílvio Romero (1851-1914) destacou-se como um dos intelectuais mais relevantes de sua época no Brasil. Romero foi, prioritariamente, um crítico literário e sua obra mais relevante é o livro *História da Literatura Brasileira* (1888). Romero foi um intérprete do Brasil que caminhou por áreas diversas com obras sobre política, economia, educação, história, filosofia, direito, etnografia e poesia.

Conforme apontou Schwarcz (1993), Romero pode ser visto como um “agitador” intelectual que ativamente participou do debate em torno da situação e destinos da nação, costumeiramente radical em suas posições. Exponente da chamada Escola de Recife², Romero foi “um homem de seu tempo” ao encampar e sustentar as ideias científicas da época para pensar a situação e a realidade nacional. Tal foi a importância de Romero, que Schwarcz (1993) afirmou que, ao se falar dos homens de ciência no fim do século XIX, na Escola de Recife, deixar Romero de lado, seria como “deixar de nomear o pai” (1993: 152), já que ele seria “uma espécie de pai fundador” (1993: 154), não exatamente da origem, mas da afinidade em torno da qual se reuniu um grupo de pensadores que tomaram a *Scientia* da época como ideal.

Algumas das principais influências de Romero foram Darwin e sua teoria da evolução e os biólogos e naturalistas Haeckel e Spencer (SCHNEIDER, 2011; SCHWARCZ, 1993). Assim, a *scientia* que estava na base do pensamento de Romero filiava-se ao naturalismo evolucionista. E, uma vez que as abordagens teóricas para o autor apenas possuiriam validade se pudessem ser explicativas e atuar com a realidade concreta, foi com ênfase determinista, naturalista e evolucionista que ele se dedicou a pensar e intervir sobre e na realidade brasileira.

Para Romero, orientado por suas influências teóricas, os problemas nacionais deveriam ser pensados a partir do critério etnográfico, ou seja, “tudo passava pelo fator raça, e era a ele que se deveria retornar se o que se buscava explicar era justamente o futuro da nação” (SCHWARCZ, 1993: 153) e uma possível e desejada homogeneidade nacional. A questão da mestiçagem do povo brasileiro foi seu principal tema, mas também considerava que a mestiçagem surgiu como uma espécie de aposta para alcançar a sonhada homogeneização que constituiria no porvir e, finalmente, um *povo brasileiro*.

² Movimento sociocultural e escola de pensamento originada na Faculdade de Direito de Recife na década de 1870. Tobias Barreto, Graça Aranha, Franklin Távora e Sílvio Romero são alguns dos intelectuais da Escola.

Romero compreendia a mestiçagem como um dado concreto da realidade brasileira. Para ele, a teoria seria útil se produzisse consequências práticas à realidade da miscigenação, fenômeno que não deveria ser negado, tampouco qualificado como bom ou ruim. Com isso, é possível notar que o autor retirou de princípios biológicos e evolucionistas um desdobramento diferente: “ao invés de condenar a hibridação racial, seguindo os modelos evolucionistas sociais, esse autor encontrava nela a futura *viabilidade nacional*” (SCHWARCZ, 1993: 153). Desta forma, afastava-se das teorias da pureza das raças.

No entanto, a aposta de que o futuro do país encontrava-se na mestiçagem não significava que o autor se colocasse como defensor da igualdade, pelo contrário, permanecia um seguidor do determinismo racial. A mestiçagem seria então a expressão da luta pela sobrevivência das espécies. A posição que se diferenciava dos puristas soava como um tipo de “arianismo de conveniência” (RABELLO apud SCHWARCZ, 1993: 153), que não condenava a mistura de raças, ao mesmo tempo que continuava se tratando da seleção da raça mais forte, em uma aposta de futuro em que o mestiço seria “a condição de vitória do branco no país” (SCHWARCZ, 1993: 154), no esforço de civilizar as outras duas raças, indígenas e africanos. Nas palavras de Romero:

A minha tese, pois, é que a vitória na luta pela vida, entre nós, pertencerá no porvir ao branco - mas que este, para essa mesma vitória, atento às agruras do clima, tem necessidade de aproveitar-se do que é útil às outras duas raças lhe podem fornecer, máxime a preta, com que tem mais cruzado. Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo. Será quando já estiver de todo aclimatado no continente. Dois fatos contribuirão largamente para tal resultado: de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro a imigração européia! (ROMERO, 1890: 60).

A obra complexa e, por vezes, contraditória de Romero não pode ser abordada sem que recorramos ao contexto do final do século XIX. A década de 1870, que assinalamos como o marco de início das discussões da Escola de Recife, foi o período em que ocorreram o fim da Guerra do Paraguai (1870), a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), o surgimento do partido republicano (1872), o acirramento de impasses entre a Igreja Católica e o Império e o fortalecimento do movimento abolicionista brasileiro. Os anos seguintes foram marcados por novos impasses e contestações contra a escravidão e a monarquia que resultaram na abolição

formal da escravidão (1888) e na proclamação da República e fim do Império (1889), dentre outras (SCHNEIDER, 2011).

Esse período marcado por inovações e tensões na política, economia e sociedade, apresentou-se para uma geração de pensadores que tivera contato com “um bando de ideias novas”, para usar uma expressão do próprio Romero. Os pensadores, notadamente abolicionistas e republicanos, foram influenciados fortemente por essas novas ideias críticas do passado brasileiro, do império e da monarquia, da Igreja Católica e sua influência em assuntos do país.

Contra tudo isso, encamparam a aposta na separação entre Estado e religião, a construção do país como república e sua modernização apoiada nos ideais de progresso e civilização. “Os diferentes impasses encobriam, em seu conjunto, tentativas de esboço de uma nova nação que buscava se libertar de algumas amarras do Império sem ter claro um novo projeto político” (SCHWARCZ, 1993: 156). Além das críticas ao passado nacional, Romero tinha diante de si a questão da construção do Brasil como nação, defendendo que a ideia de unificação nacional seria possível com a emergência do verdadeiro povo brasileiro, nos séculos futuros.

A história do Brasil ensinada pela “biographia de seus heroes”

O livro *A história do Brasil ensinada pela biographia de seus heroes* é datado de 1890 e compõe uma das obras mais divulgadas de Sílvio Romero. A proposta do livro é apresentar aos estudantes de ensino primário a história do Brasil pautada no heroísmo daqueles que ele nomeou como grandes homens, em especial, europeus, colocando ênfase ao patriotismo destes em relação ao Brasil. Ao longo do texto, Sílvio Romero apresentou escrita acessível, e com frequência usou o vocativo “meus meninos” para convidar os leitores e leitoras a darem atenção a determinadas partes da leitura. “Meus meninos” são os alunos a quem ele se refere e a quem destina à obra, estudantes dos anos iniciais.

A obra é um livro didático destinado à infância que merece análise, neste estudo, a considerar o objetivo de investigação pela qual vislumbramos discutir os traços que marcam a infância colonizada e seus destinos. Nesta obra de Romero (1890) é possível identificar o compromisso do autor com o magistério, ao qual se dedicou durante sua atuação profissional e observar sua aposta grandiosa no futuro do país, livre da monarquia e do atraso da escravidão,

sanadas pelo progresso das gerações futuras, de forma que, para Romero (1890), o Brasil se realizaria nos séculos porvir.

Ao dedicar o livro às crianças do primário escolar, podemos ler, em Romero, a tentativa de formá-las como futuros patriotas comprometidos com a construção do país. Para desempenhar tal tarefa, o autor cunhou relato muito próprio e intencional da história brasileira, com compromissos políticos e sociais muito específicos. Tratando-se de um crítico literário, não nos deve escapar já de início, além do conteúdo, a estratégia que escolheu para contar a história para essas crianças: a biografia.

Foi João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (João Ribeiro, 1860-1934), quem escreveu o prólogo do livro de Sílvio Romero, *A história do Brasil ensinada pela biographia de seus heroes* (1890). João Ribeiro chamou atenção para o patriotismo de Sílvio Romero, cujo intuito foi substituir a instrução cívica, considerada antiquada, pela biografia. As biografias não foram selecionadas a esmo, mas nas palavras de João Ribeiro de “pontos culminantes, das vertentes de todas as águas que, através dos tempos, fertilizaram a história pátria” (RIBEIRO, 1890: VIII). Com isso, buscou reconstruir a pátria a partir dos patriotas. A proposta de apresentar a biografia como elemento do ensino da história considerou o esforço para a construção de uma pedagogia que fizesse o percurso do particular como precedente do geral.

A obra evidencia o uso das biografias para o ensino de história nos primeiros anos escolares, sendo construído em diálogo do professor com o círculo de eruditos. Diante do número reduzido de escolas e pessoas alfabetizadas no Brasil no século XIX, a obra teve caráter didático e se destinou aos estudantes de escolas nobres e prestigiadas. No século XX, essa realidade começou a se modificar, e a ampliação das redes de ensino e comunicação foi um dos elementos que tornou a obra de Sílvio Romero acessível ao maior número de alunos, sendo implementada nos currículos escolares (GUSMÃO, 2010).

A produção de livros didáticos de História do Brasil destinada às escolas primárias, aos mestres leigos de pequenos estabelecimentos de ensino, colocou em evidência a expansão do ensino também a homens simples, matriculados nos projetos de instrução popular a partir de propostas ligadas à filantropia e à caridade. O sucesso editorial de *A história do Brasil ensinada pela biographia de seus heroes* pode ter sido relacionado à sua inserção em círculos não formais de educação, cuja formação inicial poderia ter sido continuada nas escolas secundárias, superiores ou como autodidatas (GUSMÃO, 2010).

João Ribeiro (1890) também esclareceu que a instrução cívica constitui um saber inclassificável, não possui os caracteres de uma ciência, tampouco de uma arte, e como moral melhor se traduz na ação e nas relações mundanas. A parte teórica da instrução cívica se encontra na pedagogia, e sem definição como matéria, a instrução cívica ficaria reduzida a uma espécie de receituário doméstico. A obra de Sílvio Romero, como instrumento para a instrução, foi defendida por João Ribeiro por seu valor de museu da flora e fauna regional, bem como se caracterizou como uma ontogênese da história do Brasil, oferecendo recursos para o estudo da geografia humana.

O emprego das biografias dos grandes cidadãos seria, segundo Ribeiro (1890), o único “recurso verdadeiramente eficaz” para “inocular” a conduta patriótica e cívica nas crianças. Tratava-se, portanto, de um esforço de modernização da educação, ao abordá-la pela vida dos “homens representativos”, do “pontos culminantes”, “das vertentes de todas as águas que, através dos tempos, fertilizaram a história da pátria” (RIBEIRO, 1890: 5). Essa menção de que no livro estão representadas “todas as águas”, possivelmente se refere à analogia utilizada por Friedrich Von Martius sobre os três rios que formaram o Brasil (portugueses, africanos e indígenas).

Ao observarmos os heróis escolhidos por Romero há, dentre os 19 heróis, apenas um negro (Henrique Dias) e um indígena (Filipe Camarão). O papel de ambos foi apoiar Vidal Negreiros, como militares, liderando tropas contra os invasores holandeses. Isto é, são lembrados como heróis porque lutaram ao lado de homens brancos contra um segundo invasor. Da mesma forma, todos os heróis retratados eram homens.

Na representação dos heróis, temos, então, homens brancos em sua quase totalidade. Foram apresentados: José de Anchieta; Vidal de Negreiros; Fernandes Vieira; Camarão; Henrique Dias; padre Antônio Vieira; o poeta Gregório de Mattos; Tiradentes; Cláudio Manoel da Costa; Ignácio José de Alvarenga Peixoto; Thomaz Antônio Gonzaga; Alexandre Rodrigues Ferreira; Fr. José Marianno da Conceição Velloso; José Bonifácio de Andrada e Silva; Evaristo Ferreira da Veiga; Diogo Antônio; Antônio Gonçalves Dias; Luiz Alves de Lima e Silva; Manoel Deodoro da Fonseca, o único que estava vivo e era presidente à época.

O livro é dividido em cinco partes, e pode ser considerado como cinco volumes, uma vez que cada grupo de textos reúne temas distintos que se articulam entre si. Os textos são instrutivos, e apresentam as ideias centrais de cada conteúdo, dentre aspectos gerais sobre a

fauna, flora e relevo do Brasil. Também são apresentadas as breves biografias e feitos das personalidades que Sílvio Romero exaltou como sendo os heróis brasileiros, dadas suas relevâncias para assumir a construção de uma identidade nacional, seja pela exploração do território, seja pela proteção da pátria contra os inimigos. Os inimigos foram identificados como os holandeses na invasão ocorrida no século XVII para o controle do comércio açucareiro, e a ameaça à civilização provocada pelos aborígenes ou selvagens, que dizem respeito aos povos que habitavam o Brasil antes de sua colonização.

Nas primeiras páginas, Romero (1890) apresentou:

Todos os povos notáveis, meus jovens patriotas, tiveram um grande ideal, uma grande missão a cumprir. E esse alto ideal, essa elevada missão é que lhes dá um lugar distinto na história, os torna dignos de nossa veneração. A humanidade é sempre grata aos illustres fautores de seu progresso (ROMERO, 1890: 7).

Romero (1890) apontou para os feitos dos fenícios (arte da navegação e alfabeto), judeus (princípios religiosos), gregos (conquistas nas ciências e belas artes) e romanos (instituições da política e do direito) para a civilização, e se questionou sobre os povos modernos. A estes indicou que lhes couberam a fortuna de representar um papel nas lutas do bem e do progresso. Os portugueses, aos olhos do mundo, foram responsáveis pelas navegações e descobertas dos séculos XV e XVI. Romero (1890) propôs um questionamento: “o nosso Brasil, nossa querida patria, qual seu destino, qual seu ideal?”, e ofereceu algumas respostas:

O Brasil é ainda muito novo para haver tido uma missão já feita, já concluída na história; mas já é bastante velho para que vós, que representaes o seu futuro, comeceis a vos inquietar pelo seu bom nome aos olhos dos homens que vos hão de succeder, aos da posteridade. Como não será lisongeiro para a nossa patria dizer o historiado do porvir: a missão do Brasil foi uma missão illustre de gloria, de bem, de justiça; o Brasil prestou enormes serviços ao progresso da humanidade! (ROMERO, 1890: 8).

Na sequência, Romero (1890) ainda afirmou:

Assim, pois, meus meninos, lembrai-vos sempre d'estas verdades: a primeira condição para um povo ser illustre é procurar sel-o, é tomar como um dever inilludível o desejo de o ser; a segunda é collocar bem alto o seu ideal e forcejar por attingil-o, ainda que o não se realise de todo. Lembrai-vos também que, como disse o poeta, a patria somos nós! (ROMERO, 1890: 8).

Romero (1890), assim, colocou como ideal o modelo que vem de fora, o estrangeiro na terra de patriotas, ou seja, aquele que se apresenta como longe e ao mesmo tempo passível de ser alcançado. Além de indicar um ideal a ser buscado, ainda fez menção à ideia de “nós contra

eles”: nós, da pátria e do progresso, contra aqueles que poderiam impedir esse avanço civilizatório, dadas as menções aos combates e tentativas de pacificação via evangelização dos povos que aqui habitavam, nomeados por ele como selvagens e aborígenes.

Para Romeno (1890), o Brasil seria a terra do progresso, da indústria, da formação de uma mansão democrática das raças:

Venham descansar os proletários, os desherdados da velha Europa [...] Não apenas os deserdados da Europa, mas também de todo mundo, pela reunião e igualdade de todos, de modo a formar o povo do porvir, o novo tipo, oriundo não apenas do povo europeu, mas também africano, asiático, americano, havendo a mais perfeita encarnação do cosmopolitismo do futuro (ROMERO, 1890: 9).

Assim, o povo brasileiro emergiria ausente de segregações preconceituosas, de modo que a história do Brasil deve ser interpretada para auxiliar a missão de fundar a união das nações na terra, uma missão de congraçamento e de paz, em que o patriotismo é colocado como consciência reta do valor e do direito.

No capítulo 2, do livro 1, Romero (1890) apresentou as origens do povo brasileiro. Considerou sobre sua descoberta como efeito que divide a história entre o ciclo da antiguidade, os grandes impérios, as aristocracias guerreiras e indisciplinadas, o período industrial em que as distinções de casta e ordem hierarquizada da sociedade desapareceriam para dar lugar ao povo. Nesse período de grandes descobertas, invenções e avanços, juntamente com grandes nomes como Gutemberg, Colombo, Vespucci, Magalhães, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Lutero, Miguel Angelo, Gallileu, Albuquerque, Pallissy, Tasso, Camões, Shakespeare, o Brasil foi descoberto. No solo brasileiro, alinhado à sua tropicalidade, o povo colonizador formou, a partir de sua dupla corrente (os alemães e italianos), a associação de raças que daria às lutas, aqui travadas, as legítimas vitórias. Dessas origens, portuguesa, alemã e italiana, surgiu o povo brasileiro em sua excelência e o tipo que formará o mais característico, o do futuro, resultante dos três troncos principais do cruzamento de mestiçagens. Assim Romero (1890) apresentou:

Os portugueses são geralmente considerados como um ramo latino, pertencente, portanto, aos povos arianos. A historia, porém, vem confirmar em Portugal a verdade da anthropologia - de não existirem raças humanas puras e estremes de mescla (ROMERO, 1890: 14).

A respeito da escravização e das violências praticadas contra negros e indígenas, Romero (1890) considerou que a chegada dos povos africanos à costa brasileira, ou a captura de

indígenas, diz apenas sobre os altos serviços que essas “raças” prestaram à civilização, sendo aptas a prestá-los de forma cada vez maiores e com mais dedicação. Afirmou que elas amam o solo brasileiro e acreditavam no seu porvir, desejando levantar bem alto o nome da pátria.

João Ribeiro (1890), no prefácio, evidenciou que a obra trata-se de uma escrita que pretende apresentar uma “ontogenesis da nossa história. É a nossa geografia humana” (1890: VIII). Pela vida dos grandes heróis de “caráter predominante” e que “fizeram” a história, seria possível reconstituir a pátria ao substituir a “história anônima” pelo “documento biográfico” e constituir toda a “espécie pelos exemplares mais nítidos do indivíduo” (1890: V).

A pretensão de Romero era escrever uma “historia dos que a fizeram a ella propria, sobresahindo sobre a actividade anonyma das massas” (ROMERO, 1890: VIII). Trata-se, portanto, da história dos vencedores, como poderia dizer Walter Benjamin (1940/2005). Para este autor, seria indispensável criticar os historiadores “historicistas”, uma vez que, em suas palavras:

a questão de saber com quem, afinal, propriamente o historiador do Historicismo se identifica afetivamente? A resposta é inegavelmente: com o vencedor. [Estes vencedores] (...) são os herdeiros de todos os que, algum dia, venceram. A identificação afetiva com o vencedor ocorre, portanto, sempre, em proveito dos vencedores de turno. (...) Todo aquele que, até hoje, obteve a vitória, marcha junto no cortejo de triunfo que conduz os dominantes de hoje a marcharem por cima dos que, hoje, jazem por terra (BENJAMIN, (1940)2005: 70).

A história contada por Romero é a história dos vencedores que produz apagamentos da história das condições reais de vida do povo e sua época. Contudo, mais do que isso, opera em efeito ideológico que sustenta a posição de dominância de um grupo de vencedores sobre os subjugados. Trata-se, para Benjamin, de explicitar um compromisso político específico que um historiador pode estabelecer com os vencedores de sua época. No caso de Romero, com quem o historiador se identifica? Podemos responder a essa questão olhando a lista dos heróis que ele aponta como ideais a serem seguidos pelas crianças (também de uma elite).

Romero (1890) enfeitou tanto a história do Brasil, incidindo relevância em seus heróis, que se fez esquecer de olhar para o seu tempo, suas realidades, suas desigualdades, os problemas reais da sociedade colonizada, explorada, marcada pela violência. Romero (1890) compôs acorde desarmônico para a sinfonia da construção da identidade nacional e os fundamentos do patriotismo brasileiro, apagando a história em que o povo sucumbiu sob a

imagem de seus heróis. Reescrever a história do Brasil pela exaltação de um estrito povo heróico não subtrai sua história, embora se apoie no esforço para evitar que emerja.

O exercício de Romero (1890) inclui o Projeto Nacional, ao passo que afasta o efeito da incidência da realidade factual sem, contudo, perder seu efeito. Nesse sentido, pode-se considerar que a invenção do país, a partir de Romero e outros autores, produz um efeito denegatório na história do Brasil, ou seja, para que se negue é preciso que haja reconhecimento de sua existência, a qual é recoberta por um novo saber que se afirma, ao mesmo tempo que nega o que já se sabe. Abordaremos esse ponto a seguir.

História de heróis do Brasil-Progresso: não querer saber o que sabe, e encobrir o que se revela

A construção textual, os personagens escolhidos e os vocativos utilizados por Romero (1890) oferecem à leitura a intencionalidade de uma conversa entre adulto e crianças, professor e alunos. Lida hoje em dia, sob a perspectiva crítica da história do Brasil e da construção do pensamento social, cabe a consideração de uma aproximação entre a obra e a narrativa fantástica, de um país cordial, inventado pela perspectiva, ou melhor, a biografia, dos colonizadores. A veiculação, portanto, de uma história que não corresponde à realidade factual, mas participa da construção de um Brasil inventado sob a narrativa fantástica.

Nesse sentido, retomando a intenção de Romero (1890), quais mecanismos estariam presentes para a composição da história do Brasil? Considerar, a partir da psicanálise, o termo denegação como um elemento fundador da história poderia nos apresentar discussão sobre a composição da infância e os elementos históricos que Romero deixou de fora de seu enredo para forjar uma narrativa sobre o Brasil? O esforço de Romero (1890) centrou-se em contar uma história do Brasil que não lhe é própria, mas apropriada e produz marcas e efeitos na atualidade.

Conhecer a própria história parte, na escuta clínica, do interesse do/a paciente. Em Estudos sobre a Histeria, Freud e Breuer (1895/2006) apresentaram, dentre outros casos, o acompanhamento de Frau Emmy von N. Na cena clínica, a jovem relatou acontecimentos de sua vida e, eventualmente, mantinha o sintoma de gaguejar ao revelar certas lembranças, ao que Freud (1895/2006) nos esclareceu:

Como notei que ela às vezes ainda gaguejava ao narrar-me essas outras coisas, perguntei-lhe mais uma vez de onde provinha a gagueira. Nenhuma resposta. - “A senhora não sabe?” - “Não.” - “Por que não?” - “Por que não?” - “Porque não posso saber!” (Pronunciou estas últimas palavras com violência e raiva). Essa declaração me parece ser a prova do êxito de minha sugestão, mas ela me expressou o desejo de que a despertasse da hipnose, e assim fiz (FREUD; BREUER, (1895)2006: 58).

A revelação da paciente sobre não poder saber a respeito da origem de seu sintoma é um ponto enigmático a se considerar o encontro do sujeito com a história de sua sintomatologia. Diante dessa cena, Schlachter e Bevidas (2010) sugerem que o saber entra em jogo pelo desconhecimento de determinado conteúdo. Ao ser questionada sobre o sintoma, a paciente não ofereceu resposta, e com a insistência de Freud, Frau Emmy von N indicou não conhecer, ou não querer saber, pronúncia acompanhada de moções de violência e raiva.

O mecanismo presente na obliteração da cena descrita remete ao recalque, elemento que protege o psiquismo de seus conteúdos traumáticos, ao mesmo tempo que mantém, em formas sintomáticas, o conteúdo recalçado. A ideia incompatível é recalçada pelo Eu, e o não querer saber sobre o evento recalçado se revela na situação analítica. O desejo de não querer saber faz com que o conteúdo intolerável se mantenha desconhecido à consciência, embora, o inconsciente ofereça manifestação desses conteúdos através dos fenômenos lacunares.

O recalque é um dos mecanismos inconscientes para preservar o funcionamento psíquico a partir de determinada lógica. Contudo, a revelação sobressai de modo desconhecido pelo sujeito, que retorna ao esquecimento aquilo que não se deve saber, ou seja, o sujeito não sabe

que sabe e, ao saber, esquece. O esquecimento, porém, mantém seu efeito de lembrança. Para a construção da história do Brasil pelos heróis de Romero (1890), temos a situação em que a história é recontada a partir da revelação que se mantém oculta, de modo que a realidade é substituída por personagens e fatos que sejam mais toleráveis e condizentes à construção de um país fetichizado. Assim, poderíamos dizer que na narrativa estaríamos diante de outro mecanismo, a denegação.

Esse movimento é densamente elaborado por Lélia Gonzalez (1983), autora brasileira, que a partir do conceito de denegação afirmou que o Brasil vive uma verdadeira Neurose Cultural Brasileira, cujo sintoma maior, o racismo, é causado pela recusa da Amefricanidade brasileira. Isso significa que a partir da recusa da história, das narrativas e dos corpos que compuseram o real cena de construção desse país, que longe de ser Europeu, é Ameríndio e Africano. Uma neurose, que, para a autora, gera uma falsa consciência nacional, construída a partir de uma mentira e de uma imagem branca, ou como no caso de Romero, de heróis brancos. Contudo, como afirmou González (1983), a memória tem suas astúcias e faz mancar um projeto que não se sustenta plenamente.

Fanon (2008) examinou a denegação como algo sintomático. O preconceito de cor remonta à violência, atribuída pela raiva irracional, de uma raça por outra, cujo fundamento se pauta no desprezo dos povos que compõem a cultura hegemônica sobre as minorias. A isso, Romero (1890) se dedicou em afirmar em vários momentos da obra, mantendo a presunção de que o embranquecimento do povo brasileiro seria adaptativo ao processo civilizatório. Desse modo, o progresso cumpriria seu papel sob o véu de encobrimento das violências pautadas na raça.

Nas obras, Freud fez uso do termo *Verleugnung* para designar o mecanismo pelo qual se estrutura a perversão. Encontra-se traduções deste termo como recusa, rejeição, renegação, desmentido e denegação. O termo denegação remete, em português, a negar a veracidade, recusar a realidade, indeferir algo e oferecer despacho contrário a algo. Negar o que se afirma, apresenta-se como um movimento incidente na narrativa de Romero (1890), ou ainda, implica em negar ao mesmo tempo em que se afirma algo, colocando em questão a dicotomia saber e não-saber.

O mecanismo da denegação, considerando a teoria psicanalítica, organiza-se como negação do conflito edípico, que diante da questão sobre a diferença sexual, o sujeito substitui

por deslocamento a ausência do falo pelo objeto fetiche. O fetiche é construído para contradizer o saber que não se quer saber, ou seja, alegar o contrário do que se afirma. Afirma-se possuir o falo, quando na verdade, não se tem. A denegação, assim, diz respeito à recusa da falta, ao mesmo tempo que a afirma a presença da falta por meio do objeto fetiche, de modo que o sujeito oscila entre recusa e reconhecimento (SCHLACHTER; BEVIDAS, 2010).

Na denegação, não há desligamento completo da realidade, uma vez que sabe-se e reconhece a diferença anatômica dos sexos, mas, simultaneamente, acredita-se no fetiche como prova da presença do falo que se mantém no corpo (SCHLACHTER; BEVIDAS, 2010). Como elemento ilusoriamente preservado da castração, o falo é substituído pelo fetiche, de modo que se o falo existisse poderia suprimir a falta erigida como resultado da dissolução do complexo de Édipo.

A história encoberta por Romero (1890) cumpre o papel de fornecer os alicerces da violência racial no Brasil. Seu esforço de recobrir a colonização furta à memória o compromisso com a realidade e, do ponto de vista psicanalítico, desencadeia em lembranças encobridoras dada a natureza estruturalmente incompleta da memória (BASTOS, 1999). As lembranças encobridoras dizem respeito ao preenchimento das lacunas de memória, ao mesmo tempo em que desviam a atenção dos pontos cruciais e mais próximos do que seria a realidade envolvida nas cenas narradas.

A relação entre encobrir a lembrança, e produzir uma história denegada, também pode ser analisada sob o ponto de vista da temporalidade do inconsciente, e o esforço sintomático para resistir ao impasse. Em A análise finita e infinita, Freud ((1937)2020) considerou que o objetivo da terapêutica psicanalítica corresponderia em aliar o ego do paciente para submeter partes do id não controladas, incluindo-as em uma síntese do ego. Desse modo, um dos resultados da análise seria a alteração do ego, anunciando ao paciente, via interpretação e intervenção, as resistências e mecanismos de defesa do inconsciente. A técnica, portanto, dedica-se em alcançar o conteúdo mais representativo, encoberto por camadas de lembranças e esquecimentos.

Em Sobre a Psicoterapia, Freud ((1904) 2020) distingue duas modalidades técnicas de Leonardo da Vinci (1452-1516), como metáfora da técnica psicanalítica.

A pintura, diz Da Vinci, trabalha *per via di porre*; é que ela coloca montinhos de tinta onde eles antes não existiam, na tela sem cores; a escultura, por sua vez, procede *per*

via di levare, já que retira da pedra o necessário para revelar a superfície da estátua nela contida (FREUD, (1904) 2020: 67).

A psicanálise foi equiparada ao método *via di levare*, ou seja, na escuta clínica interessa encontrar expressões do sintoma para poder fazer algo com aquilo que se encontra encoberto. O paciente seria ao mesmo tempo escultor e escultura, desvelando os conteúdos que desembocam a partir da cena clínica, cujo trabalho psíquico, a perlaboração, visa retirar o que se tampona, e trabalhar para além daquilo que se sobrepôs. O trabalho analítico se equipara ao processo de escavação dos conteúdos recalçados, denegados e foracuídos.

A revelação do conteúdo patogênico encontraria o caminho da dissolução à medida que o sujeito percorre a cadeia significativa, ou, em termos freudianos, à sobredeterminação do material sintomático, atribuindo novas significações ao material associativo. O percurso analítico, assim, caminharia pelo tempo do inconsciente, percorrendo a passagem temporal entre lembrar, repetir e perlaborar (FREUD, (1914)2020).

Os heróis do Brasil-progresso, em Romero (1890), oferecem uma narrativa que subverte a lembrança, e o compromisso se apoia no encobrimento. Com isso, aspectos sintomáticos da história se repetem sob o pretexto de não querer saber, o que, por sua vez, leva ao encontro, precipitadamente de conclusões ineficazes e incompletas. A história de Romero (1890) recobre remete à lembrança que não se quer lembrar, mantendo, porém, seu efeito de repetição entre revelação e encobrimento.

Souza (1983), ao considerar sobre a racialidade, o mito negro e o racismo, considera que o mito é efeito social de convergência de determinações econômico-político-ideológicas e psíquicas. Identificando que o mito é uma fala que escamoteia o real, produz o ilusório, nega a história, e a transforma em natureza, Souza (1983), considerou que o mito negro se apresenta como instrumento de ideologia. O conteúdo de Romero (1890), contudo, poderia ser fantástico se não estivesse atrelado à construção do pensamento social brasileiro e ao encobrimento de aspectos da história do Brasil.

Considerações finais

Nota-se já nas primeiras páginas do livro, pela letra de outro autor, a evidência da voz de Romero (1890) ao apresentar linguajar biologicista e pretensamente científico, ainda que a

análise da obra presente, na contramão, os problemas disso. Outro aspecto a ser observado, e que coloca sob a luz o projeto político e intelectual maior de Romero, é a questão da miscigenação das raças no Brasil que formaria, finalmente, o povo verdadeiramente brasileiro e que, por consequência, levaria a nação a se realizar. Nesse sentido, a miscigenação responde à necessidade da construção do país como nação a partir da constituição de uma unidade do povo - desse povo partido em três. E, mais do que isso, seria ela a missão e o grande serviço que o Brasil prestaria à humanidade.

A história do Brasil, pela literatura de Romero (1890), seria construída pela conquista de liberdade em solo fértil, e que sua democracia servisse de exemplo para o mundo. Ponto contraditório, ao passo que, em sua obra, longe de um verdadeiro apreço à uma miscigenação ou a uma democracia plural e potente, carrega um apagamento tácito de certos corpos. Em certa medida, o que se trata para Romero é de uma miscigenação branqueadora, orientada pela valorização de certos traços e de certos corpos. Chegando inclusive a instigar em à “História da Literatura Brasileira” de 1988 que os brancos do sul do país se misturassem de forma ativa na cena nacional, a fim de garantir a supremacia biológica e o branqueamento final da nação (SCHWARCZ, 2024). Há um horizonte em sua obra e que assume as contradições de uma época, em que ao mesmo passo que afirmavam não haver mais racismo, ainda sim produzia-se um horizonte branco ou até mesmo branquíssimo para o Brasil (NASCIMENTO, 1978; GONZALEZ, 1979).

A obra de Romero (1890), cumprindo a reconstrução fantasmática da história do Brasil, excluiu da narrativa os genocídios dos povos originários, dos povos escravizados, e escondeu por trás de cortinas lúdicas o encontro com o conflito e a verdade da história colonial. Com a apropriação do uso de metáforas, de termos teatrais, da música, temos nesta obra um grande espetáculo de apagamento de nossa história. Em um verdadeiro ato perverso, de denegação, em que torna-se oculta toda uma faceta da realidade. Longe de ser uma história sem compromisso, a história narrada por Romero, como qualquer outra história, tem um horizonte político e social próprios. É parte de uma cena específica de construção do Brasil.

As crianças para as quais Romero escreveu eram parte de uma experiência de infância muito própria e restrita, de classe média e alta, brancas. Uma infância que era projetada como aquela que iria construir a nação, as *crianças futuro* (SALABERRY; D’AGORD, 2023), que precisavam ser letradas para empreender junto a seus pais um projeto específico de país. Ao

passo que para as outras crianças, aquelas muitas vezes matáveis (SALABERRY, 2023), a educação ou a transmissão da história muitas vezes era inclusive impedida. Questão que torna ainda mais paradoxal a tese de miscigenação do autor, que longe de propor de fato qualquer tipo de integração nacional, demonstra a partir de sua obra que a própria infância brasileira era também cindida e múltipla.

Para concluir, podemos questionar: Romero (1890) deu a letra e a musicalidade do patriotismo contemporâneo? Ele escreveu a história de um povo heróico, que gritou por sua liberdade, conquistou com braço forte a igualdade, desafiando a própria morte, idolatrou a pátria, propôs um sonho intenso, vívido de amor e de esperança, sob um céu risonho e límpido, cujo futuro ainda aguarda a prometida grandeza, para os filhos deste solo nada gentil, cujo povo, aqui, padece. Um sonho idílico nacional vivido apenas por uns, em uma democracia nunca plenamente efetivada.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Gislaíne; SARAT, Magda (2015). *História da Infância no Brasil: contribuições do processo civilizador*. Educação e Fronteiras On-Line, v.5, n.13, p.19-33. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/5176/pdf/297>> Acesso em: 25 jul. 2024.
- BETTELHEIM, Bruno (1979) *A psicanálise dos contos de fadas*, 3ª ed. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história (2005[1940]). Em M. Lowy. Walter Benjamin: *aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. (W. N. C. Brant, Trad.). São Paulo: Boitempo.
- COUTO, Daniela Paula do; SILVA, Mardem Leandro (2018). *A Psicanálise De Crianças No Brasil: Um Relato Histórico*. Revista Psicologia em Pesquisa, 12 (3). Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v12n3/10.pdf>> Acesso em 25 set. 2023.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FARIA; Elaine Marinho; CASTRO, Maria Amélia da Silva (2011). *Maioridade Penal no Brasil e na Espanha: um estudo comparativo*. E-legis, Brasília, n. 6 , pp. 56-71. Disponível em: <<https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/75/65>>. Acesso em: 21 set. 2023.
- FREUD, Sigmund; BREUER, Joseph (2006[1895]) Estudos sobre a Histeria. Sigmund Freud: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. II. São Paulo: Imago.

- FREUD, Sigmund (2020[1904]). Sobre psicoterapia. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica.
- FREUD, Sigmund (2020[1914]). Lembrar, repetir e perlaborar. In. *Obras Incompletas de Sigmund Freud: fundamentos da clínica psicanalítica*, pp. 151-164. Belo Horizonte: Autêntica.
- FREUD, Sigmund (2020[1937]). A análise finita e infinita. In. *Obras incompletas de Sigmund Freud: fundamentos da clínica psicanalítica*, pp. 229-262. Belo Horizonte: Autêntica.
- GONZALEZ, Lélia (2018[1979]). Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In. *Primavera Para as Rosas Negras*. Diáspora Africana.
- GONZALEZ, Lélia (2018[1983]). Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In. *Primavera Para as Rosas Negras*. Diáspora Africana.
- GUSMÃO, Emery Marques (2010). *Contribuições de Sílvia Romero para o currículo da escola elementar no século XIX*. Educação em Revista, 11 (2), pp. 53-74. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/2236-5192.2010.v11n2.2321>> Acesso em: 22 de mar. 2024.
- NASCIMENTO, Abdias (2016[1978]). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva.
- NASCIMENTO, José Usele Oliveira (2021). *Sílvia Romero Em Contos e Em Cantos*. Revista Da Academia Lagartense De Letras, [S.l.], v. 1, n. 9. Disponível em: <<http://allrevista.com.br/index.php/allrevista/article/view/189>>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- RIBEIRO, João. Prólogo (1890). In. ROMERO, Sílvia. *A história do Brasil ensinada pela biographia de seus heroes (livro para as classes primárias)*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & Comp.
- ROMERO, Sílvia (1890). *A história do Brasil ensinada pela biographia de seus heroes (livro para as classes primárias)*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & Comp.
- SALABERRY, Ismael Leonardi; D'AGORD, Marta Regina de Leão (2023). *Infâncias matáveis no Brasil Amefricano: reflexões sobre a ideologia do branqueamento e a morte de crianças negras no Brasil*. Revista Subjetividades, v. 23, n. 2, p. 1-13. Disponível em: <<https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v23i4.e13620>>. Acesso em: 03 jan. 2025.
- SCHLACHTER, Lina; BEIVIDAS, Waldir (2010). *Recalque, rejeição, denegação: modulações subjetivas do querer, do crer e do saber*. Revista Ágora, 13 (2). Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-14982010000200005>> Acesso em 12 out. 2024
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (1993). *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e a questão racial do Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (2024). *Imagens da branquitude: A presença da ausência*. Companhia das Letras.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz (2011). *O Brasil de Sílvia Romero: uma leitura da população brasileira no final do século XIX*. Projeto História, 42. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/7982>> Acesso em: 27 set. 2023.
- SOUZA, Neusa Santos. (1983). *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- TORQUATO, Luciana Cavalcante (2015). *História da psicanálise no Brasil: enlaces sobre o discurso freudiano e o Projeto Nacional*. Revista de Teoria da História, v. 14, n. 2, pp. 47-77. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/rth.v12i2.39248>> Acesso em: 25 jul. 2024.